

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.333 - PE (2019/0355641-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : CEZAR JORGE DE SOUZA CABRAL
ADVOGADO : CEZAR JORGE DE SOUZA CABRAL - PE036594
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : EDUARDO LIMA MARINHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDUARDO LIMA MARINHO contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO - Apelação n. 0037411-75.2013.8.17.0001.

Depreende-se dos poucos documentos acostados aos autos que o paciente foi condenado pela prática de tráfico de entorpecentes (e-STJ fl. 24).

Nesta via, o impetrante sustenta, em síntese, a ilegalidade do acórdão impugnado quanto à determinação de imediata execução provisória da pena.

Defende que a prisão somente pode ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença penal se estiverem presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que seja permitido aguardar em liberdade o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Observa-se, ainda, que a impetração não se encontra acompanhada dos documentos necessários para o deslinde da questão, o que impossibilita compreender integralmente os fatos mencionados e analisar eventual constrangimento ilegal sofrido.

Como é cediço, o procedimento do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca e tempestiva, por meio de documentação que evidencie a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal.

Nessa direção orienta-se a jurisprudência pacífica desta colenda Corte Superior de Justiça:

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS. GRAVIDADE CONCRETA. PROVAS ILÍCITAS. ILEGALIDADE NA BUSCA E APREENSÃO. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO WRIT ORIGINÁRIO. CÁRCERE PRIVADO NA DELEGACIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR PRISÃO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. EXCESSO DE PRAZO.

1. O habeas corpus não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações, portanto, cabe ao

Superior Tribunal de Justiça

impetrante, em especial, quando se tratar de advogado, o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no writ.

2. No caso, o Tribunal local entendeu ser inviável averiguar a legalidade da busca e apreensão feita no domicílio da companheira do paciente pela polícia, porque não acompanharam a impetração de quaisquer cópias do inquérito policial que possibilitassem a necessária verificação.

3. A questão referente à alegação de o paciente ter sido mantido em cárcere privado na delegacia não foi suscitada no Tribunal de Justiça, dessa forma a análise do tema por esta Corte Superior implicaria indevida supressão de instância.

4. O mesmo ocorreu quanto ao excesso de prazo, trazido por ocasião da presente impetração mas não debatido pelas instâncias ordinárias.

5. Existe fundamentação concreta para o decreto de prisão: gravidade concreta do delito cometido.

6. Diz a jurisprudência que o deferimento da substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar (art. 318, II, do CPP), depende da comprovação inequívoca de que o réu esteja extremamente debilitado, por motivo de grave doença, aliada à impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra, o que não foi comprovado nos presentes autos.

7. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa parte, ordem denegada.

(HC 380.114/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 11/05/2017)

PETIÇÃO RECEBIDA COMO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PEDIDO DE CONVERSÃO DE MEDIDA DE SEGURANÇA DE INTERNAÇÃO EM TRATAMENTO AMBULATORIAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO MANDAMUS. REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

MANUTENÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O habeas corpus constitui-se em estreita via mandamental, que exige prova pré-constituída do suposto constrangimento ilegal suportado pelo apenado. Uma vez não trazida aos autos, pela defesa técnica, a própria sentença que impôs ao sentenciado a medida de segurança, não há como se conhecer do mandamus.

2. A pretendida conversão da medida de segurança de internação em tratamento ambulatorial em liberdade é providência que exigiria o amplo revolvimento da matéria fático-probatória, vedado em sede de habeas corpus.

3. Decisão impugnada mantida por seus próprios fundamentos.

Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 351.841/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 28/04/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.
Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

